

LETRAMENTO DIGITAL E ENSINO JURÍDICO: INTEGRANDO O USO DE REDES SOCIAIS ÀS PRÁTICAS DOCENTES NO ENSINO SUPERIOR

Thiago da Silva Martins – (thiago.martins@vic.fasa.edu.br)¹
Cristina Queiroz da Rocha – (cristina.rocha@vic.fasa.edu.br)²

1 - Faculdade Santo Agostinho de Vitória da Conquista

2 - Faculdade Santo Agostinho de Vitória da Conquista

Área: Ciências Sociais Aplicadas

Linha de Submissão: A

Introdução/Justificativa: A polarização política digital e a disseminação de desinformação *online* configuram-se como fenômenos atuais que repercutem em todas as esferas da vida. Compete a educadores incorporar em suas práticas pedagógicas estratégias didáticas e metodológicas capazes de promover letramentos digitais e competências essenciais para a vida e o exercício profissional na sociedade em rede, marcada pela supercomplexidade e hiperconectividade. **Objetivo(s):** Apresentar a prática da integração do uso orientado de redes sociais na graduação em Direito como ferramenta de letramento digital. **Método/Relato da Experiência:** O presente trabalho trata-se de um relato de experiência realizado em uma IES, no curso de direito, em que os alunos são orientados, em etapas, a incorporar o uso de redes sociais à sua rotina formativa, a partir dos seguintes passos: a) mobilização de conceitos fundamentais como “alfabetização política”, “bolhas digitais” e letramento digital; b) apresentação de uma curadoria de perfis no *Instagram* e no *Youtube* que tratam de temas de interesse, compatíveis aos objetivos das disciplinas, neste caso, disciplinas jurídicas (perfis de agentes políticos, instituições públicas como o STF, canais e sites institucionais etc.), para que os alunos passem a seguir, acompanhar e interagir autonomamente; c) integração das atividades acadêmicas ao conteúdo disponível nos perfis apresentados. **Resultados:** Esta prática didática amplia a compreensão discente dos modos de funcionamento dos algoritmos das plataformas utilizadas, seus mecanismos de afunilamento, captação de atenção etc. Identifica-se que o uso de redes sociais, na maioria dos casos, passa a ser mais crítico-reflexivo, considerando problematizações importantes, como a presença de bolhas digitais, de click-baits, milícias digitais etc.. Percebe-se ainda uma melhor aproximação com conteúdos e perfis que favoreçam a cidadania ativa, do ponto de vista de uma aproximação entre eleitores-eleitos, cidadãos-instituições, explorando o enorme potencial de novas ferramentas, movimentos e plataformas de alfabetização política, divulgação de informações de interesse público e tantos outros disponíveis online, favorecendo ainda a autonomia e o protagonismo discente no ambiente virtual. **Considerações Finais:** Nesse sentido, percebemos que integração do uso mediado de redes sociais no ensino superior, nos cursos de direito, favorecem o letramento digital dos discentes e um melhor posicionamento dos mesmos nas redes sociais.

Palavras-chave: Ensino jurídico. Redes sociais. Letramento digital.